



PORTARIA Nº 93, DE 10 DE JULHO DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios do Estado do Ceará.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando o Decreto nº 32.263, de 19 de JUNHO de 2017, do Estado do Ceará.

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59051.004034/2017-77, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de SECA, COBRADE: 1.4.1.2.0, a situação de emergência nos municípios listados na tabela.

1	Aracoiaba
2	Aratuba
3	Brejo Santo
4	Caririçu
5	Carnaubal
6	Catarina
7	Cedro
8	Chaval
9	Guaraciaba do Norte
10	Ibicuitinga
11	Icapuí
12	Ipaumirim
13	Irauçuba
14	Itapajé
15	Itapiúna
16	Jaguaruana
17	Madalena
18	Missão Velha
19	Morrinhos
20	Nova Olinda
21	Pacajus
22	Paramoti
23	Porteiras
24	Potiretama
25	Quiterianópolis
26	Quixeré
27	Redenção
28	Russas
29	Salitre
30	São Gonçalo do Amarante
31	São João do Jaguaribe
32	Senador Pompeu
33	Tabuleiro do Norte
34	Umari
35	Umirim
36	Uruoca
37	Varjota
38	Várzea Alegre

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 121, DE 10 DE JULHO DE 2017

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 6º, XV do anexo I do Decreto n.º 8.275 de 27 de junho de 2014 e o Art. 10, XV do Regimento Interno desta Autarquia, resolve:

Art. 1º - Aprovar, as manifestações técnica e jurídica exaradas por meio dos Parecer Técnico CGFIN nº 008/2015, Parecer Técnico CLCF nº 03/2017, Despacho CGFIN N. 10/2017, Parecer Nº 4/2017 - CLF/CGFIN/DGFAI e Parecer nº 00011/2017/GAB/PFSU-DAM/PGF/AGU, Parecer nº 000146/2017/GAB/PFSU-DAM/PGF/AGU, NOTA n. 00031/2017/GAB/PFSUDAM/PGF/AGU, da Procuradoria Federal Especializada junto à SUDAM, no âmbito do procedimento apuratório instaurado pela SUDAM contra o Banco da Amazônia e a empresa GERA MARANHÃO - Geradora de Energia do Maranhão S.A com vistas a apurar as irregularidades apontadas pela Controladoria Geral da União, constante do Relatório nº 201203507, relativo à auditoria procedida no projeto da referida Empresa.

Art. 2º - Aplicar ao Banco da Amazônia, multa de R\$ 4.184.109, 63 (quatro milhões, cento e oitenta e quatro mil, cento e nove reais e sessenta e três centavos), a ser paga em até trinta e seis parcelas mensais e iguais no valor de R\$ 116.225,27 (cento e dezesseis mil, duzentos e vinte e cinco reais e vinte e sete centavos), corrigidas pela taxa Selic, por atestar a regularidade de projeto executado em desacordo com o artigo 41, § 3º, IX, XII e XIII e artigo 48, § 3º do Regulamento do FDA aprovado pelo Decreto nº 4.254/2002.

Art. 3º - Determinar ao Banco da Amazônia a realização de glosa ao projeto da empresa GERA MARANHÃO - Geradora de Energia do Maranhão S.A, no valor de R\$ 20.920.548,20 (vinte milhões, novecentos e vinte mil, quinhentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), correspondente ao valor encontrado pela equipe técnica da SUDAM quanto às irregularidades comprovadas no procedimento apuratório.

Art. 4 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA  
Superintendente

MARGARETH DOS SANTOS ABDON  
Diretora de Administração

RODRIGO MENDES DE MENDES  
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos  
e de Atração de Investimentos

Ministério da Justiça e Segurança Pública

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA  
ECONÔMICA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
E PLANEJAMENTO  
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO  
107ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

Ato de Concentração nº 08700.006185/2016-56  
Requerentes: Kroton Educacional S.A. e Estácio Participações S.A.

Advogados: Barbara Rosenberg, Amanda Fabbri Barelli, Marcio Dias Soares e outros

Terceiros Interessados: Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda., GAEC Educação S.A., Associação Nacional dos Centros Universitários - ANACEU, Ser Educacional S.A., Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon/MA

Advogados: Caio Mário da Silva Pereira, Gianni Nunes de Araujo, Antonio Rulli Neto, Renato Asamura Azevedo, Tercio Sampaio Ferraz Junior, Hildélis Silva Duarte Junior

Relatora: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt  
Manifestaram-se oralmente Olavo Zago Chinaglia, pela Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda.; Thiago Francisco da Silva Brito e Gesner Oliveira, por Ser Educacional S.A.; Barbara Rosenberg, pela Requerente Kroton Educacional S.A. e Marcio Dias Soares pela Requerente Estácio Participações S.A. O representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Fernando Antônio Alencar Alves de Oliveira Júnior, fez uso da palavra para ratificar a regularidade do procedimento em atenção a requerimento recepcionado pelo Parquet objetivando a suspensão do julgamento do processo.

Após o voto da Conselheira Relatora conhecendo da operação e, no mérito, pela rejeição da proposta de Acordo em Controle de Concentrações e pela aprovação condicionada a imposição de restrições unilaterais, manifestou-se o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo, pela reprovação da operação, seguido dos Conselheiros Alexandre Cordeiro, João Paulo de Resende, Paulo Burnier da Silveira e do Presidente do Cade.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e, no mérito, por maioria, a reprovou, nos termos do voto-vogal do Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Vencida a Conselheira Relatora que se manifestou pela aprovação com restrições.

Brasília, 11 de julho de 2017.  
PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA  
Secretário do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL  
Em 11 de julho de 2017

Nº 950 - Ato de Concentração nº 08700.001642/2017-05. Requerentes: Itaú Unibanco Holding S.A. e Banco Citibank S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Eduardo Caminati Anders e outros. Nos termos do art. 13, X, e art. 57, II, da Lei nº 12.529/11, c/c o art. 165 do Regimento Interno do Cade, ofereço impugnação da presente operação ao Tribunal e recomendo sua aprovação, condicionada à celebração do Acordo em Controle de Concentrações proposto pelos Requerentes. Ao Setor Processual.

Nº 955 - Ato de Concentração nº 08700.003377/2017-91. Requerentes: The FMC Corporation ("FMC") e E.I Du Pont de Nemours and Company ("DuPont"). Advogados: Marcel Medon Santos, Barbara Rosenberg e outros. Acolho o Parecer nº 5/2017/CGAA1/SGA1/SG/CADE, de 11 de julho de 2017 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

Nº 956 - Ato de Concentração nº 08700.003971/2017-82. Requerentes: OGX Petróleo e Gás S.A. - Em Recuperação Judicial, Settlement ShareCo L.P., Pacific Investment Management Company, LLC.. Advogados: Marcio Dias Soares, Eduardo Caminati Anders, Renê G. S. Medrado e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 958 - Ato de Concentração nº 08700.001697/2017-15. Requerentes: RHI AG e Magnesita Refratários S.A. Advogados: Marcio Dias Soares, Barbara Rosenberg e outros. Terceiro Interessado: Sindicato Nacional da Indústria do Cimento - SNIC. Advogados: Bruno Drago e outros. Acolho o Parecer nº 12/2017/CGAA3/SGA1/SG/CADE, de 11 de julho de 2017 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE  
Substituto

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA  
CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 434ª REUNIÃO ORDINÁRIA,  
REALIZADA NO DIA 8 DE JUNHO DE 2017

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezeseite os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP reuniram-se na Sala de Retratos do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília-DF. Compareceram: o Presidente, César Mecchi Moraes; o 2º Vice-Presidente Fernando Pastorelo Kfourri; e os seguintes membros: Aldovandro Fragoso Modesto Chaves; Alessa Pagan Veiga; André Luiz de Almeida e Cunha; Ariovaldo Toledo Penteado Junior; Diogo Rudge Malan; Eugênio Paes Amorim; Fernanda Regina Vilares; João Batista da Silva Fagundes; José Barroso Filho; Máximo Alves Barbosa Filho; Maria Gabriela Viana Peixoto; Otávio Augusto de Almeida Toledo; Ruy Celso Barbosa Florence; Taís Schilling Ferraz; Ulysses de Oliveira Gonçalves Junior; Vilobaldo Adelfido de Carvalho. Justificaram a ausência os seguintes membros: o 1º Vice-Presidente Conselheiro Paulo Antônio de Carvalho; Arthur Correia da Silva Neto; Fernando Fragoso; Karla Andréia Magalhães Timbó Pinheiro; Pedro Eurico de Barros e Silva; Roberto Teixeira Pinto Porto. Estiveram também presentes os seguintes convidados: Roberta Lima-Juiza TJSP; Cap. Leonardo Casabona-SSP/SP; Louvirval Gomes-SAP/SP; Audine Cominetti-DRCS/MJSP; Bernardo Tannor-SNJ/MJSP; Pedro Machado-Adv; Luiz Philipe Spricigo-STM; Ana Paula Garutti-SENASP/MJSP; Marco Antonio Severo-DEPEN/MJSP. O Presidente iniciou a reunião procedendo à apresentação da Ata da 433ª Reunião Ordinária do CNPCP, sendo aprovada pelo Plenário. Após proposições e comunicações breves dos membros e iniciando os itens de pauta, a Conselheira Maria Gabriela Peixoto informou sobre a disponibilização, via SEI para os demais conselheiros, dos Relatórios de Inspeção dos Estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso, devido às visitas realizadas no segundo semestre do ano de 2016. Como encaminhamento, o Plenário do CNPCP aprovou os Relatórios desses Estados. Em continuidade aos itens de pauta, a Conselheira Alessa Pagan apresentou o Relatório de Inspeção Prisional no Estado de Goiás, derivado da visita realizada no mês de março de 2017 naquele Estado. Após apreciação, como encaminhamento, o presidente sugeriu o envio do respectivo relatório para os demais membros do CNPCP, com vistas a possíveis contribuições A aprovação do referido Relatório de Inspeção no Estado de Goiás será realizada na próxima reunião, com a participação do Secretário de Administração Penitenciária de Goiás e representante do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado (GMF-GO), no sentido subsidiar o referido relatório de inspeção. Na apreciação do Relatório de Inspeção de Goiás, o Conselheiro Ulysses Gonçalves sugeriu a alteração na redação do item que faz referencia às recomendações junto aos juizes, elencando a celeridade nas aplicações das penas e medidas alternativas. Em seguida, o presidente apresentou a item de pauta seguinte, que trata do panorama da situação do preso estrangeiro no Brasil. Para o assunto foram convidadas as seguintes autoridades: Sr. Lourival Gomes, Secretário de Administração Penitenciária do Estado do São Paulo; Sra. Roberta Ferreira, Juíza Corregedora de Presídios (DECRIM/Bauru-SP); Sr. Bernardo Laferté, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça-SNJ; Sra. Audine Cominetti, representante do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça-SNJ. Após debates e discussões, como encaminhamento foi criada uma comissão integrada pela Conselheira Alessa Pagan, Conselheira Maria Gabriela Viana, Conselheira Maria Tereza Uille, Conselheira Tais Ferraz e Conselheira Karla Timbó. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

CESAR MECCHI MORALES  
Presidente do Conselho

CESAR MECCHI MORALES  
Presidente